

NOTAS EXPLICATIVAS

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

a) Informações gerais

A Duratex S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo - SP, controlada pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., com atuação destacada no setor financeiro e industrial, e pela Companhia Ligna de Investimentos, que possui relevante atuação no mercado de varejo e distribuição de insumos para construção civil e marcenaria, atuando ainda na construção e locação de empreendimentos imobiliários.

A Duratex e suas controladas (conjuntamente, “o Grupo”) têm como atividades principais a produção de painéis de madeira (Divisão Madeira) e louças, metais sanitários e chuveiros (Divisão Deca). Conta atualmente com dezesseis unidades industriais no Brasil e quatro unidades industriais na Colômbia, mantendo filiais nas principais cidades brasileiras e subsidiárias comerciais nos Estados Unidos e Europa.

A Divisão Madeira opera com cinco unidades industriais no País e quatro na Colômbia, responsáveis pela produção de chapas de fibra, MDP (painéis de média densidade particulados), painéis de MDF, HDF e SDF (painéis de média, alta e super densidade de fibra), pisos laminados Durafloor e componentes semiacabados para móveis.

A Divisão Deca opera com onze unidades industriais no País, responsáveis pela produção de louças, metais sanitários e chuveiros, com as marcas Deca, Hydra, Belize, Elizabeth e Corona.

b) Aprovação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Duratex S.A. e suas controladas (controladora e consolidado) foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2016.

Nota 2 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 – Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como número de área plantada e número de unidades, entre outros, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

Para melhor apresentação e comparabilidade, alguns saldos do exercício anterior foram reclassificados. Essas alterações não causaram impactos significativos, que requereriam divulgações adicionais.

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 – Consolidação

2.2.1 – Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pelo Grupo e nas quais há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as empresas: Duratex S.A. e suas controladas diretas: Duratex Florestal Ltda., Duchacorona Ltda., Estrela do Sul Participações Ltda., Duratex Empreendimentos Ltda., Bale Comércio de Produtos para Construção S.A., Pescara Administração e Participações S.A., Trento Administração e Participações S.A., Duratex Europe N.V., e suas controladas indiretas: Duratex North America Inc., Duratex Belgium N.V., Tablemac S.A., e Tablemac MDF S.A.S.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida como ganho diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. Quando requerido, as políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

(b) Transações e participações de não controladores

São registradas de maneira idêntica às operações com acionistas do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor dos ativos líquidos da controladora é registrada no patrimônio líquido, bem como os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores.

(c) Investimento em entidades controladas em conjunto (joint operations)

Em 15 de junho de 2015 a Duratex Florestal Ltda. subsidiária da Duratex S.A. que detém 99,99% de seu capital, assinou contrato de associação para a criação da Caetex Florestal S.A., *joint operation* com a Usina Caeté S.A., para a formação de florestas de eucalipto no Nordeste do Brasil. Essa associação terá prazo de 39 anos e cada sócio possui 50% de participação do capital votante da Caetex Florestal S.A..

2.2.2 – Normas novas, alterações e interpretações de normas

Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não adotadas antecipadamente pela Companhia.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros do Grupo, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros do Grupo.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – a IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita.

A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.3 – Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo, suportada pelo Conselho de Administração.

2.4 – Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira, exceto, quando essas variações forem utilizadas como operações de *hedge* de investimentos líquidos, neste caso serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

(c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos;
- Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 – Ativos financeiros

2.6.1 – Classificação

Sua classificação é determinada pela Administração no seu reconhecimento inicial e depende da finalidade para o qual foram adquiridos. São duas categorias nas quais os ativos financeiros são classificados pela Companhia:

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e é contabilizado no ativo circulante.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

2.6.2 – Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no exercício em que ocorrem. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como por exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outros resultados operacionais líquidos, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber dividendos.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam no mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

2.6.3 – Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e

há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 – Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - c) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 – Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da Companhia é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a Companhia designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

As operações de *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de *hedge* de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes Acumulados de Conversão", o ganho ou perda relacionada com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado em "Outros Resultados Operacionais, Líquidos".

Os ganhos e as perdas acumuladas no patrimônio líquido são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

2.8 – Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PCLD ou *impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais, líquidos", na demonstração do resultado.

2.9 – Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.10 – Ativos intangíveis

Os grupos de contas que compõem o ativo intangível são os seguintes:

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada

adquirida ou em uma combinação de negócios. Esse ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para identificar a necessidade de registro de perdas (*impairment*).

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) para fins de *impairment*. A alocação é feita para Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificados de acordo com o segmento operacional.

Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tem vida útil definida, são contabilizadas pelo valor de custo menos a amortização acumulada.

Relações com clientes – carteira de clientes

As relações com clientes são reconhecidas apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com bases nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizadas durante sua vida útil estimável.

2.11 – Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar pronto, menos depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil-econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais, líquidos".

2.12 – *Impairment* de ativos não-financeiros

Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação

ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

2.13 – Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme nota 14. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidas do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada no resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria na demonstração de resultado.

2.14 – Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

2.15 – Contas a pagar a fornecedores e provisões

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

2.16 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

2.17 – Benefícios aos empregados

(a) Planos de previdência privada

A Companhia e suas controladas oferecem plano de contribuição definida a todos os colaboradores, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários. A Companhia já ofereceu Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado ao ingresso de novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, a Companhia e suas controladas não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos um plano de remuneração com base em ações (*Stock Options*), segundo o qual recebe os serviços dos executivos como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo dos serviços dos executivos, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o exercício no qual os serviços dos executivos são prestados e o direito é adquirido.

O valor justo das opções outorgadas é calculado na data da outorga das opções e, a cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que espera sejam emitidas, com base nas condições de aquisição de direitos.

(c) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas remuneram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no exercício. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa operacional nos resultados quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

2.18 – Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O valor pago na aquisição de ações para manutenção em tesouraria, inclusive quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas, vendidas ou utilizadas para fazer face ao plano de opções (*Stock Options*).

2.19 – Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir, tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

(a) Vendas de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

2.20 – Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras, utilizadas para reflorestamento. Nesses contratos de arrendamentos, os riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo arrendador e assim são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos incorridos nos contratos de arrendamento operacionais são registrados ao custo de formação de ativos biológicos de forma linear durante o período de vigência desses contratos.

2.21 – Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício ou em períodos intermediários conforme deliberado pelo Conselho de Administração, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, portanto líquido de valores aprovados e pagos durante o exercício.

A parcela dos dividendos superior ao mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações é registrada na rubrica, "JCP complementar (excedente ao dividendo mínimo obrigatório)" no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota nº 22(d).

Conforme previsto no Estatuto Social, a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio, atribuindo seus valores como dividendos exclusivamente para fins de apuração dos tributos, o benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Nota 3 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem várias estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, realização dos créditos tributários diferidos, *impairment* nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisão para contingências e perdas por *impairment*, entre outras.

As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco, com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo:

a) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

A Companhia adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – "Ativo biológico e produto agrícola". Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 46.365, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 9.904, líquido dos efeitos tributários.

b) Perda (impairment) estimada do ágio

A Companhia e suas controladas testam anualmente ou se houver algum indicador a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada nas notas 2.10 e 2.12. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

c) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

Nota 4 – Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

Assim, a gestão de riscos segue as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, inclusive com o acompanhamento pelo Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos. A Companhia e suas controladas dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pelo Grupo têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros alavancados.

(a) Risco de Mercado

(I) Risco cambial: O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia e suas controladas possuem uma Política de Endividamento que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetiva minimizar a exposição cambial da Companhia e de suas controladas, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(II) Operações com Derivativos: Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2015 são os seguintes:

a - Contratos de SWAP US\$ x CDI

A Companhia possui oito contratos desta modalidade, cujo valor *notional* agregado é de US\$ 306.300 mil com diversos vencimentos até 16/08/2019, com uma posição ativa (comprada) em Dólares e posição passiva (vendida) em CDI.

A Companhia contratou estas operações com o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI.

b - Contrato de SWAP Pré x CDI

A Companhia possui três contratos com valor agregado de R\$ 58.000 sendo o último vencimento em 12/01/2018 com posição ativa em taxa prefixada e posição passiva em um percentual da variação do CDI.

A controlada Duratex Florestal Ltda., possui um contrato com valor agregado de R\$ 111.998 sendo o último vencimento em 17/11/2016 com posição ativa em taxa prefixada e posição passiva em um percentual do CDI.

c - Contrato de NDF (*Non Deliverable Forward*)

A Companhia possui um contrato dessa modalidade, cujo valor contratado totaliza US\$ 15.700 mil com vencimento em 29/01/2016 e posição vendida em dólar.

A Companhia contratou esta operação com o objetivo de zerar a exposição cambial na data. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (Ptax).

d - Cálculo do valor justo das posições

O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *Swap*.

Quadro Demonstrativo						
	Valor de Referência (nacional)		Valor Justo		Efeito Acumulado em 2015	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	Valor a receber recebido	Valor a pagar/ pago
I. Contratos de Swaps						
Posição Ativa						
Moeda Estrangeira (USD)	991.416	681.364	1.393.197	809.277	374.001	-
Taxa Prefixada	169.998	307.168	175.275	342.738	-	(8.313)
Posição Passiva						
CDI	(1.161.414)	(988.532)	(1.202.784)	(1.036.076)	-	-
II. Contratos de Futuro (NDF)						
Compromisso de Venda						
NDF	60.932	-	62.096	-	-	(1.164)

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações financeiras.

e - Análise de sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA/Bloomberg, nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio e as taxas de juros. Foram utilizados o dólar médio de R\$ 5,0975 e o CDI médio de 17,04%.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade					
Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Valores em R\$ Mil		
			Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
De taxa de Juros	SWAP - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(13.039)	(21.460)	(29.974)
	Objeto de "hedge": empréstimo em taxa prefixada		13.039	21.460	29.974
	Efeito Líquido		-	-	-
Cambial	SWAP - US\$ / CDI (Res 4131)	Queda US\$	48.729	(437.373)	(923.476)
	Objeto de "hedge": dívida em moeda estrangeira (US\$)	(aumento US\$)	(48.729)	437.373	923.476
	Efeito Líquido		-	-	-
Cambial	NDF (US\$)	Queda US\$	278	(13.456)	(32.752)
	Objeto de "hedge": dívida em moeda estrangeira (US\$)	(aumento US\$)	(278)	13.456	32.752
	Efeito Líquido		-	-	-
Total			-	-	-

(III) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade das mesmas.

(a) Risco de Crédito

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados, a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições financeiras de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

(b) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros de endividamento e disponível mínimo que a mesma deve manter, sendo este último o maior dos seguintes valores: montante equivalente a 60 dias de receita líquida ou o valor do serviço da dívida mais dividendos e ou juros sobre o capital próprio previstos para os próximos seis meses.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente através do monitoramento dos fluxos de caixa.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações financeiras:

	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	2017 e 2018	2019 a 2023	2024 em diante	Menos de 1 ano	2017 e 2018	2019 a 2023	2024 em diante
31/12/2015								
Empréstimos / Debêntures	343.646	1.022.270	1.050.232	7.044	497.377	1.102.452	1.217.024	7.436
Fornecedores	171.963				208.141			
Total	515.609	1.022.270	1.050.232	7.044	705.518	1.102.452	1.217.024	7.436

A projeção orçamentária para o próximo exercício, aprovada pelo Conselho de Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

4.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas fazem a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, inclusive pela otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde ao valor da dívida líquida dividida pelo capital total.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A -Empréstimos, financiamentos e Debêntures	2.423.192	2.307.206	2.824.289	2.807.843
de curto prazo	343.646	758.568	497.377	1.015.610
de longo prazo	2.079.546	1.548.638	2.326.912	1.792.233
B-(-) Caixa e equivalentes de caixa	655.876	518.497	910.721	1.081.089
C=(A-B) Dívida líquida	1.767.316	1.788.709	1.913.568	1.726.754
D- Patrimônio líquido	4.532.481	4.543.099	4.616.476	4.608.900
C/D=Índice de alavancagem financeira	39%	39%	41%	37%

O aumento da alavancagem financeira no consolidado ocorreu principalmente pela utilização de caixa no pagamento de dividendos extraordinários pagos como juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 77,3 milhões e por R\$ 469,7 milhões em investimentos, principalmente pela aquisição de imobilizado, ativo biológico (reservas florestais) e aquisição da Duchacorona Ltda.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40-R1 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. Como a Companhia só possui instrumentos derivativos de nível 2, utiliza-se das seguintes técnicas de avaliação:

- O valor justo de “swap” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por categoria/nível:

	Empréstimos e recebíveis		Passivos financeiros		Passivos financeiros designados a valor justo		Total	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ATIVOS								
Equivalentes de caixa	832.777	1.040.795	-	-	-	-	832.777	1.040.795
Contas a receber de clientes	831.247	864.435	-	-	-	-	831.247	864.435
Partes relacionadas	42.967	53.895	-	-	-	-	42.967	53.895
Depósitos vinculados	44.290	40.066	-	-	-	-	44.290	40.066
Soma	1.751.281	1.999.191	-	-	-	-	1.751.281	1.999.191
PASSIVOS								
Empréstimos/debêntures	-	-	1.621.505	1.771.767	1.202.784	1.036.076	2.824.289	2.807.843
Fornecedores	-	-	208.141	166.832	-	-	208.141	166.832
Dividendos/JCP	-	-	177.445	57.385	-	-	177.445	57.385
Soma	-	-	2.007.091	1.995.984	1.202.784	1.036.076	3.209.875	3.032.060

Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	16.205	25.069	31.417	33.072
Bancos contas remuneradas de controladas no exterior	-	-	46.527	7.222
Aplicações em renda fixa	1.732	343	1.738	2.726
Certificados de depósitos bancários	637.939	493.085	831.039	1.038.069
TOTAL	655.876	518.497	910.721	1.081.089

O saldo de aplicações financeiras está representado por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do CDI e títulos no exterior em dólares remunerados com base em taxa de juros. Os certificados de depósitos bancários (CDB) são remunerados em média à taxas superiores ao CDI e embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo, contra seus emissores, sem prejuízo da remuneração.

Nota 6 – Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Cientes no país	690.466	797.888	770.571	831.751
Cientes no exterior	95.826	30.743	115.024	70.510
<i>Impairment</i> no contas a receber de clientes	(48.385)	(35.987)	(54.348)	(37.826)
Total de clientes - terceiros	737.907	792.644	831.247	864.435
Total de clientes - Partes Relacionadas	81.113	67.827	42.967	53.895
TOTAL	819.020	860.471	874.214	918.330

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	791.991	843.307	846.210	896.214
Vencidos até 30 dias	20.365	9.574	20.807	13.642
Vencidos de 31 a 60 dias	3.023	2.826	3.107	3.263
Vencidos de 61 a 90 dias	2.419	1.268	3.021	1.536
Vencidos de 91 a 180 dias	5.887	5.876	6.398	5.967
Vencidos há mais de 180 dias	43.720	33.607	49.019	35.534
TOTAL	867.405	896.458	928.562	956.156

A Companhia e suas controladas possuem Política de Crédito, que tem o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito em operações comerciais, venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo.

A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando o histórico de uma empresa, sua capacidade como tomadora de crédito e informações do mercado.

O limite de crédito poderá ser definido com base num percentual da receita líquida, do patrimônio líquido, ou uma combinação entre estes, considerando ainda o volume médio de compras mensais, mas sempre amparado pela avaliação da situação econômico-financeira, documental, restritiva e comportamental da Empresa.

Os clientes são classificados como A, B, C e D pelo seu tempo de relacionamento e histórico de pagamentos.

Classificação	Tempo de cadastro	Histórico de pagamentos	% do saldo da carteira de clientes	
			31/12/2015	31/12/2014
A	acima de 05 anos	Pontual	58%	60%
B	acima de 03 anos	até 01 dia de atraso médio	6%	6%
C	abaixo de 03 anos	Acima de 01 dia de atraso médio	30%	30%
D		Inadimplentes	6%	4%

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas duplicatas em atraso acima de 180 dias e conforme análise individual dos valores relevantes em atraso (nota 2.8).

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	(35.987)	(33.020)	(37.826)	(33.815)
Constituição	(14.624)	(9.248)	(14.845)	(10.984)
Baixa por recuperação (no resultado)	24	1.800	24	1.800
Baixa de títulos	2.202	4.600	2.421	5.292
Aquisição DuchaCorona	-	-	(4.122)	-
Incorporação da Thermosystem	-	(119)	-	(119)
Saldo final	(48.385)	(35.987)	(54.348)	(37.826)

Nota 7 – Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	250.716	180.134	293.706	211.279
Matérias-primas	249.201	225.475	288.761	240.795
Produtos em elaboração	100.710	91.553	116.508	104.724
Almoxarifado geral	92.245	82.695	94.712	84.691
Adiantamentos a fornecedores	2.398	8.775	2.882	9.205
Total	695.270	588.632	796.569	650.694

Nota 8 – Valores a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Fundação Itaúsa Industrial (1)	3.358	15.745	3.358	15.745
Venda de fazendas/Imóveis e outros ativos	9.043	5.741	9.043	15.732
Retenção de valores na aquisição de empresas	4.976	4.623	4.976	4.623
Sinistros a receber	907	581	907	581
Venda de energia elétrica	9.869	-	9.869	-
Demais valores a receber	904	2.443	1.590	4.162
Total Circulante	29.057	29.133	29.743	40.843
Não Circulante				
Fundação Itaúsa Industrial (1)	-	2.624	-	2.624
Venda de fazendas/Imóveis	10.830	11.966	10.830	13.070
Fomento nas operações florestais (2)	-	-	12.689	21.162
Retenção de valores na aquisição de empresas	12.056	6.777	12.056	6.777
Demais valores a receber	2.590	3.607	2.956	3.494
Total Não Circulante	25.476	24.974	38.531	47.127

(1) Crédito da revisão do plano de benefício definido da Fundação Itaúsa Industrial.

(2) Modalidade de plantio de floresta na qual a empresa fornece ao fomentado, insumos e assistência técnica, bem como manutenção, conforme estabelecido em contrato.

Nota 9 – Impostos e contribuições a recuperar

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários federais e estaduais a recuperar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	57.588	10.165	87.312	25.013
ICMS/ PIS/ COFINS s/ aquisição de Imobilizado (*)	20.238	24.594	20.997	25.265
PIS e COFINS a compensar	7.534	1.731	7.534	14.759
ICMS e IPI a recuperar	11.135	4.543	25.580	30.326
Outros	673	344	2.410	821
Total	97.168	41.377	143.833	96.184
Não Circulante				
ICMS/ PIS/ COFINS s/ aquisição de Imobilizado (*)	21.651	34.550	22.815	35.224
Total	21.651	34.550	22.815	35.224

(*) O ICMS e o PIS/COFINS a compensar foram gerados substancialmente na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as plantas industriais. Conforme legislações vigentes, as compensações se darão nos prazos de 12 e 24 meses para o PIS e COFINS e 48 meses para o ICMS.

Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e sobre a aplicação dos CPC's/IFRS. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	41.595	98.362	49.133	104.391
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	15.480	60.922	17.430	60.922
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	8.091	18.991	8.715	20.966
Provisões para perdas nos estoques	3.100	2.405	3.164	2.457
Provisão de ajuste de ativos a mercado	2.621	2.961	2.684	2.963
Provisão de comissões a pagar	1.164	1.401	1.164	1.401
Provisão JCP	-	-	-	-
Provisões diversas	11.139	11.682	15.657	15.682
Resultado do SWAP (caixa x competência)	-	-	319	-
Ativo de imposto diferido a ser recuperado acima de 12 meses	175.058	29.074	226.283	34.853
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	132.739	-	181.214	-
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	13.497	12.751	16.147	14.530
Provisões fiscais	15.766	11.712	15.867	14.408
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.744	4.142	5.744	4.142
Provisão para perdas em investimentos	492	469	492	469
Provisão para adição lucro exterior	5.161	-	5.161	-
Provisões diversas	1.659	-	1.658	-
Efeito da combinação de negócios - CPCs / IFRS	-	-	-	1.304
Total de ativos de impostos diferidos	216.653	127.436	275.416	139.244
Passivo não circulante				
Reserva de reavaliação	(24.829)	(27.292)	(50.215)	(53.505)
Ajuste a valor presente de financiamento	(5.513)	(5.730)	(5.513)	(5.730)
Resultado do SWAP (caixa x competência)	(128.833)	(43.527)	(128.833)	(43.697)
Depreciação (crédito 25% da C.Social)	-	-	(10.157)	(9.045)
Depreciação Fiscal	-	(96.204)	-	(96.204)
Venda de imóvel	(2.195)	(3.008)	(2.195)	(3.341)
Ajustes CPCs IFRS	(124.884)	(129.916)	(359.469)	(376.169)
Outros	(14.698)	(20.449)	(40.983)	(23.015)
Total de passivos de impostos diferidos	(300.952)	(326.126)	(597.365)	(610.706)

Demonstrativo da realização estimada do imposto de renda sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social diferidos ativos sobre o lucro líquido.

Ano	Controladora	Consolidado
2016	15.480	17.430
2017	14.821	17.787
2018	23.889	27.863
2019	14.385	19.394
2020	18.863	24.762
2021 em diante	60.781	91.408
Total	148.219	198.644

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2014 - líquido de IR/CS diferido de ativos e passivos	(198.690)	(471.462)
(Despesas) e receitas de impostos diferidos	114.336	121.736
Efeito da aquisição da DuchaCorona	(1.748)	27.606
Incorporação da controlada Duratex Comercial Exportadora	1.803	-
Varição Cambial na conversão de balanços de empresas no exterior	-	171
Saldo em 31.12.2015 - líquido de IR/CS diferido de ativos e passivos	(84.299)	(321.949)

Nota 11 – Partes relacionadas**a) Saldos e operações com empresas controladas**

Descrição	Controladas diretas				
	Duratex Florestal		Duratex Empreendimentos		Duchacorona
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
Ativo					
Clientes	-	8	-	-	3
Dividendos a receber (1)	-	51.288	-	-	-
Contas a receber	8	24	-	-	-
Mútuo com controladas (2)	5	4	-	2	-
Passivo					
Fornecedores (3)	19.273	26.660	-	-	-
Resultado					
Vendas	3	3	-	-	7
Compras (4)	(292.342)	(310.046)	-	-	-
Financeiro	5	6	-	-	-
Outros	-	2	-	-	-

(1) Dividendos a receber, provisionados pela controlada Duratex Florestal Ltda.

(2) Operações de mútuo realizadas em condições acordadas entre as partes com o objetivo de centralização de caixa.

(3) Valores a pagar pela aquisição de matéria prima mencionado no item (4).

(4) Aquisição regular de madeira cortada de Eucalipto para produção de painéis de madeira.

Descrição	Controladas indiretas			
	Duratex N. America		Tablemac	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo				
Clientes (1)	17.203	9.088	20.940	4.837
Resultado				
Vendas (2)	53.360	28.908	38.519	13.254
Financeiro	5.094	1.098	2.245	445

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas mencionadas no item (2).

(2) Fornecimentos de produtos para vendas nos Estados Unidos, Canadá e Colômbia.

b) Outras partes relacionadas

DESCRIÇÃO	Leo Madeiras Maqs. & Fer. Ltda		Leroy Merlin Cia Bras. Bricolagem		Ligna Florestal Ltda.		Elekeiroz S.A.	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo								
Clientes (1)	16.896	22.777	26.057	31.118	-	-	-	-
Passivo								
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	1	215
Resultado								
Vendas (2)	111.200	100.686	103.674	95.326	-	-	-	1
Compras de matéria prima (3)	-	-	-	-	-	-	(3.788)	(15.420)
Custos com arrendamentos (4)	-	-	-	-	(20.325)	(18.668)	-	-

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas mencionadas no item (2).

(2) Fornecimentos de produtos para vendas no mercado interno.

(3) Aquisição de matéria prima para fabricação de resina destinada para produção de painéis de madeira.

(4) Referem-se aos custos com o contrato de arrendamento rural firmado pela controlada Duratex Florestal Ltda. com a Ligna Florestal Ltda. (controlada pela Companhia Ligna de Investimentos) relativos aos terrenos que são utilizados para reflorestamento. Os encargos mensais relativos a esse arrendamento são de R\$ 1.795 a partir de julho de 2015, conforme estabelecido em contrato. Tal contrato possui vencimento em julho de 2038, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos, e serão reajustados anualmente pela variação do INPC/IBGE.

DESCRIÇÃO	Itaúsa Empreendimentos S.A.		Itaúsa Investimentos S.A.		Itaú Unibanco	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo						
Aplicações financeiras (1)	-	-	-	-	41.275	106.434
Clientes	-	-	14	-	-	-
Resultado						
Vendas	-	-	226	3	-	-
Despesas de aluguel (2)	-	-	(4.440)	(4.281)	-	-
Rendimentos de aplicações (3)	-	-	-	-	8.956	11.301
Despesas financeiras (4)	-	-	-	-	(601)	(180)
Outros resultados (5)	-	(308)	-	-	-	-

(1) Aplicações financeiras no Itaú Unibanco, efetuadas nas condições acordadas entre as partes e dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Companhia.

(2) Despesas com aluguel de salas no edifício sede da Companhia.

(3) Rendimento de aplicações financeiras sobre as aplicações mencionadas no item (1).

(4) Despesas com cobranças de títulos.

(5) Serviços contratados de análises, planejamento econômico e societário.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e, em condições acordadas entre as partes.

As transações entre partes relacionadas são avaliadas por Comitê composto por conselheiros independentes.

Em 31 de dezembro de 2015 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga ou a pagar aos executivos da Administração da Companhia e de suas controladas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi R\$ 14.231 como honorários (R\$16.868 em 31 de dezembro de 2014), R\$ 9.790 como participações (R\$ 7.199 em 31 de dezembro de 2014) e R\$ 5.524 relativo à remuneração de longo prazo representada por Opções de Ações (R\$ 6.522 em 31 de dezembro de 2014).

Nota 12 – Investimentos em controladas

a) Movimentação dos investimentos

DESCRIÇÃO	Controladas diretas												
	Duratex Coml. Exp.	Duratex Florestal	Estrela do Sul	Duratex Empreend.	Thermosystem Eletron.	Bale Com. Prod.	Pescara Admin. Part.	Trento Admin. Part.	Mykonos Admin. Part.	Duratex Europe	Griferia Sur	DuchaCorona	Total
Acções/ quotas possuídas (Mil)	-	234	12	374	-	-	-	1	-	42	2.692	130.751	
Participação	-	99,99	99,99	99,99	-	90,00	90,00	100,00	-	100,00	72,28	100,00	
Capital social	-	701.541	12	374	-	10	1	1	-	345.510	1.502	130.751	
Patrimônio líquido	-	1.475.936	271	1.444	-	10	1	1	-	374.603	(616)	68.732	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	96.000	259	398	-	-	-	-	-	34.805	(1.317)	(3.258)	
Movimentação dos investimentos													
Em 31 de dezembro de 2013	143.975	1.460.625	5.576	6.822	61.458	9	-	-	9	-	-	-	1.678.474
Resultado de Equivalência	53.662	215.762	674	501	4.961	-	-	-	-	1	-	-	275.561
Aumento de capital	152.200	-	-	-	21.500	-	-	-	-	-	-	-	173.700
Variação cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	(22.530)	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	(22.526)
Venda das ações para a Duratex Empreendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-	-	-	(9)
Incorporação de controlada em 29.08.2014	-	-	-	-	(55.406)	-	-	-	-	-	-	-	(55.406)
Aquisição da Pescara Admin. e Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Aquisição da Trento Admin. e Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Reclassificação da marca para intangível	-	-	-	-	(9.660)	-	-	-	-	-	-	-	(9.660)
Reclassificação da mais valia para o imobilizado	-	-	-	-	(880)	-	-	-	-	-	-	-	(880)
Reclassificação do IR/CS sobre os ajustes	-	-	-	-	3.583	-	-	-	-	-	-	-	3.583
Reclassificação do ágio para intangível	-	-	-	-	(25.577)	-	-	-	-	-	-	-	(25.577)
Dividendos	-	(51.288)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.288)
Outros	-	-	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	21
Em 31 de dezembro de 2014	327.307	1.625.099	6.250	7.323	-	9	1	1	-	5	-	-	1.965.995
Aquisição - Duchacorona Ltda - Valor contábil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.010)	(28.010)
Mais valia de ativos - aquisição Duchacorona Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.189	51.189
Ágio - expectativa de rentabilidade futura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	159	159
Aumento de Capital - Duchacorona Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000	100.000
Resultado de Equivalência	17.919	95.998	259	397	-	-	-	-	-	18.965	(57)	(3.258)	130.223
Amortização de mais valia de ativos, líquido impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.393)	(3.393)
Valor a receber ref. reembolso de provisões que sera descontado do valor a pagar na aquisição da Duchacorona.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.653)	(6.653)
Redução de Capital em ações da Duratex Europe	(324.293)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(324.293)
Redução de capital em dinheiro	(14.000)	-	-	(2.500)	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.500)
Recebimento de ações da Duratex Europe pela redução de capital na Duratex Comercial.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	324.293	-	-	324.293
Aumento de Capital - Griferia Sur	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	258	-	258
Venda de uma ação para a Duratex Empreendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Transferência provisão para contingências Griferia Sur	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(201)	-	(201)
Variação cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	23.273	-	-	-	-	-	-	-	-	31.340	-	-	54.613
Dividendos	(10.000)	(250.000)	(6.238)	(3.777)	-	-	-	-	-	-	-	-	(270.015)
Incorporação de controlada em 30.10.2015	(20.206)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.206)
Em 31 de dezembro de 2015	-	1.471.097	271	1.443	-	9	1	1	-	374.594	-	110.034	1.957.450

DESCRIÇÃO	Controladas indiretas		
	North America	Tablemac	Duratex Belgium
Acções/ quotas possuídas (Mil)	500	27.301.840	1
Participação	100,00	80,62	99,99
Capital social	885	54.332	46.762
Patrimônio líquido	14.227	385.811	46.726
Lucro líquido do exercício	359	43.324	4.159
Movimentação dos investimentos			
Em 31 de Dezembro de 2013	7.709	121.446	34.205
Resultado de Equivalência	517	18.912	4.506
Aquisição de ações por meio de OPA em 22.01.2014	-	141.629	-
Variação cambial sobre patrimônio líquido	1.083	(20.778)	(2.863)
Em 31 de Dezembro de 2014	9.309	261.209	35.848
Resultado de Equivalência	359	34.928	4.159
Variação cambial sobre patrimônio líquido	4.559	14.903	6.719
Em 31 de Dezembro de 2015	14.227	311.040	46.726

b) Aquisição de controlada

Em 01 de julho de 2015, a Duratex S.A., adquiriu 100% das quotas do capital social da Duchacorona Ltda., empresa especializada na fabricação de chuveiros e torneiras elétricas. O valor da contra prestação paga / a pagar foi de R\$ 23.338.

Esta aquisição alinha-se à estratégia de crescimento da Companhia em segmentos sinérgicos aos negócios atuais e mostra continuidade da estratégia, iniciada em 2012, com a compra da Thermosystem. Com esta operação, a Duratex assume a vice-liderança no setor de chuveiros e torneiras elétricas, com capacidade para atender parte significativa do mercado nacional brasileiro, com potencial sinergia industrial e comercial.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data de aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$ 16.590 de curto prazo, e não tem expectativa de perda.

Desde 01 de julho de 2015, data de sua aquisição, a Duchacorona contribuiu para a Companhia com uma receita líquida de R\$ 28.771 e resultado negativo de R\$ (3.258).

Em cumprimento ao CPC-15-R1, a Companhia irá concluir a avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos em 01 de julho de 2015 em até 12 meses a contar da data da combinação de negócios. A Companhia não espera que exista mudanças significativas na avaliação dos ativos líquidos adquiridos e dos intangíveis já identificados.

O valor justo preliminar dos ativos e passivos identificáveis da Duchacorona Ltda., na data de aquisição é apresentado a seguir:

	Valor justo na aquisição		Valor contábil na aquisição
	01/07/2015		01/07/2015
Caixa e equivalentes de caixa	1.786		1.786
Contas a receber de clientes	16.590		16.590
Estoques	9.494	2.691	6.803
Impostos e contrib. a recuperar	1.111		1.111
Demais créditos	11.112	7.673	3.439
IR e CS diferidos	48.997		48.997
Imobilizado	59.437	51.551	7.886
Intangível - marca	13.237	13.237	-
Empréstimos e Financiamentos	(45.615)		(45.615)
Fornecedores	(4.627)		(4.627)
Obrigações com pessoal	(8.703)		(8.703)
Contas a pagar	(3.756)		(3.756)
Impostos e contribuições	(16.300)		(16.300)
Empréstimos e Financiamentos LP	(15.505)		(15.505)
Impostos e contribuições	(10.888)		(10.888)
Provisão para contingências e outros passivos	(33.191)	(23.963)	(9.228)
Acervo Líquido	23.179	51.189	(28.010)
Contraprestação paga e a pagar na aquisição 100%	23.338 (*)		
Goodwill (ágio por expectativa de rentabilidade futura)	159		
Fluxo de caixa no momento da aquisição			
Caixa líquido adquirido com a controlada	1.786		
Caixa pago	(2.500)		
Fluxo de saída de caixa, líquido	(714)		

(*) Deste montante já foi pago R\$ 2.500, e o saldo restante será pago em até 5 anos.

O custo relacionado à aquisição de R\$ 992 foram reconhecidos na demonstração de resultado como despesas administrativas.

A Companhia espera ter benefícios fiscais futuros pela amortização do ágio e das demais valias reconhecidas nesta combinação de negócios.

Também no dia 1 de julho de 2015 a Duratex S.A. fez contribuição para aumento de capital na Duchacorona Ltda., no montante de R\$ 100.000. Esses recursos foram utilizados para liquidação de passivos da controlada. Somado à contra prestação paga/ a pagar montou em uma aplicação de recursos nesta nova investida de R\$ 123.338.

c) Participação em joint operation

A Companhia possui participação indireta em um *joint operation*, controlada em conjunto, denominada Caetex Florestal S.A., na qual os participantes (Duratex por meio de sua controlada Duratex Florestal Ltda., com 40% do total das ações e 50% das ações ordinárias, e a Usina Caeté S.A., com 60% do total de ações e 50% das ações ordinárias) formalizaram um acordo de sócios que estabelece controle conjunto sobre as atividades financeiras e operacionais.

O acordo de sócios datado de 15 de julho de 2015 exige deliberação unânime dos participantes para tomada de decisões financeiras e operacionais. O Grupo reconhece a sua participação nos ativos e passivos líquidos, receitas e despesas da *joint operation*, linha a linha em suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da *joint operation* são preparadas para o mesmo período e sob os mesmos critérios contábeis adotados pelo Grupo.

Demonstramos a seguir, as principais linhas das demonstrações financeiras condensadas da Caetex Florestal Ltda., em 31.12.2015.

Balanco patrimonial	Caetex Florestal
Ativo circulante	275
Ativo não circulante	22.508
Impostos e contribuições a recuperar	15
Ativo biológico	22.425
Imobilizado	68
Total do ativo	22.783
Passivo circulante	300
Passivo não circulante	3.684
Outros	3.684
Total do passivo	3.984
Total de ativos e passivos, líquidos	18.799
Demonstração de Resultado	
Outras despesas operacionais	(130)
Prejuízo do exercício	(130)

d) Incorporação de controlada

Em 30 de outubro de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Duratex S.A., a incorporação da Duratex Comercial Exportadora S.A., visando a otimização e racionalização do

número de empresas que estão sob o controle da Duratex, bem como a redução de atividades administrativas e de obrigações acessórias anuais.

Balanco Patrimonial Condensado de Incorporação de 30 de Outubro de 2015
Duratex Comercial Exportadora S.A.

Ativo	
Circulante	9.665
Caixa e equivalentes de caixa	1.883
Contas a receber de clientes	362
Impostos e contribuições a recuperar	7.420
Não circulante	17.931
Depósitos vinculados	13.729
Valores a receber	1.636
I. renda e contribuição social diferidos	2.566
Total do ativo	27.596
Passivo	
Circulante	1.090
Contas a pagar	522
Impostos e contribuições	568
Não circulante	6.300
Contas a pagar	647
Provisões para contingências	4.890
Imp. de renda e contrib. Social diferidos	763
Total do passivo	7.390
Acervo líquido Incorporado	20.206

A Duratex sucedeu a Duratex Comercial Exportadora S.A. em seus direitos e obrigações, respondendo solidariamente pelas obrigações da Duratex Comercial Exportadora S.A. nos termos do disposto nos artigos 227 e 232, da Lei das S.A.

Desta forma o saldo da Duratex foi impactado pelos saldos incorporados apresentados no quadro acima.

Nota 13 – Imobilizado

a) Movimentação

CONTROLADORA	Terras e terrenos	Construções e banfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2013								
Custo	112.262	761.089	3.210.614	371.638	32.944	21.503	110.993	4.621.043
Depreciação acumulada	-	(271.621)	(1.374.466)	-	(21.097)	(19.772)	(77.762)	(1.764.718)
Saldo contábil, líquido	112.262	489.468	1.836.148	371.638	11.847	1.731	33.231	2.856.325
Em 31/12/2014								
Saldo inicial	112.262	489.468	1.836.148	371.638	11.847	1.731	33.231	2.856.325
Aquisições	7	598	46.812	169.562	3.411	1.222	4.861	226.473
Baixas	(1.040)	-	(4.894)	(946)	(421)	(10)	(834)	(8.145)
Depreciações	-	(28.898)	(220.356)	-	(2.101)	(958)	(7.723)	(260.036)
Transferências	2.846	59.889	216.133	(293.381)	1.656	(3)	12.860	-
Incorporação Thermosystem	1.599	2.512	11.002	10.527	599	128	1.411	27.778
Saldo contábil, líquido	115.674	523.569	1.884.845	257.400	14.991	2.110	43.806	2.842.395
Saldo em 31/12/2014								
Custo	115.674	824.088	3.479.667	257.400	38.189	22.840	129.291	4.867.149
Depreciação acumulada	-	(300.519)	(1.594.822)	-	(23.198)	(20.730)	(85.485)	(2.024.754)
Saldo contábil, líquido	115.674	523.569	1.884.845	257.400	14.991	2.110	43.806	2.842.395
Em 31/12/2015								
Saldo inicial	115.674	523.569	1.884.845	257.400	14.991	2.110	43.806	2.842.395
Aquisições	12.615	2.172	40.667	149.097	2.276	79	8.206	215.112
Baixas	-	(34)	(870)	(536)	(68)	(66)	(156)	(1.730)
Depreciações	-	(31.203)	(234.689)	-	(2.454)	(947)	(10.747)	(280.040)
Transferências	751	43.852	191.085	(251.961)	1.806	68	14.399	-
Saldo contábil, líquido	129.040	538.356	1.881.038	154.000	16.551	1.244	55.508	2.775.737
Saldo em 31/12/2015								
Custo	129.040	870.078	3.710.549	154.000	42.203	22.921	151.740	5.080.531
Depreciação acumulada	-	(331.722)	(1.829.511)	-	(25.652)	(21.677)	(96.232)	(2.304.794)
Saldo contábil, líquido	129.040	538.356	1.881.038	154.000	16.551	1.244	55.508	2.775.737

CONSOLIDADO	Terras e terrenos	Construções e banfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2013								
Custo	654.129	787.996	3.209.979	376.612	41.738	47.764	116.564	5.234.782
Depreciação acumulada	-	(286.523)	(1.340.509)	-	(28.515)	(41.262)	(81.186)	(1.777.995)
Saldo contábil, líquido	654.129	501.473	1.869.470	376.612	13.223	6.502	35.378	3.456.787
Em 31/12/2014								
Saldo inicial	654.129	501.473	1.869.470	376.612	13.223	6.502	35.378	3.456.787
Aquisições	112	2.198	58.596	187.217	3.685	3.753	7.891	263.452
Baixas	(46.246)	(634)	(5.425)	(947)	(621)	(65)	(853)	(54.791)
Depreciações	-	(31.362)	(242.148)	-	(2.336)	(3.604)	(8.676)	(288.126)
Transferências	2.846	54.143	224.287	(301.253)	1.656	1.283	17.038	-
Variação cambial	202	(2.296)	(3.002)	(155)	9	(11)	140	(5.113)
Mais valia Thermosystem	-	(26)	73	-	(18)	(2)	1	28
Aquisição Tablemac	35.182	99.098	163.934	694	1.010	642	(5.540)	295.020
Mais valia Tablemac	48.625	-	-	-	-	-	-	48.625
Saldo contábil, líquido	694.850	622.594	2.065.785	262.168	16.608	8.498	45.379	3.715.882
Em 31/12/2014								
Custo	694.850	940.479	3.648.442	262.168	47.459	53.364	135.241	5.782.003
Depreciação acumulada	-	(317.885)	(1.582.657)	-	(30.851)	(44.866)	(89.862)	(2.066.121)
Saldo contábil, líquido	694.850	622.594	2.065.785	262.168	16.608	8.498	45.379	3.715.882
Em 31/12/2015								
Saldo inicial	694.850	622.594	2.065.785	262.168	16.608	8.498	45.379	3.715.882
Aquisições	12.972	2.699	49.235	167.018	2.431	1.164	16.426	251.945
Baixas	(214)	(502)	(1.614)	(571)	(91)	(102)	(336)	(3.430)
Depreciações	-	(33.716)	(255.570)	-	(2.699)	(2.117)	(12.549)	(306.651)
Transferências	2.334	45.378	202.575	(268.197)	2.146	753	15.011	-
Variação cambial	17.533	7.686	19.562	233	15	60	(589)	44.500
Aquisição DuchaCorona	151	60	6.763	-	292	39	581	7.886
Mais valia - Aquisição DuchaCorona	17.909	9.580	22.806	-	550	190	516	51.551
Amortização - Mais Valia	-	(183)	(2.061)	-	(40)	(30)	(137)	(2.451)
Saldo contábil, líquido	745.535	653.596	2.107.481	160.651	19.212	8.455	64.302	3.759.232
Em 31/12/2015								
Custo	745.535	1.005.197	3.945.708	160.651	52.762	55.438	166.713	6.132.004
Depreciação acumulada	-	(351.601)	(1.838.227)	-	(33.550)	(46.983)	(102.411)	(2.372.772)
Saldo contábil, líquido	745.535	653.596	2.107.481	160.651	19.212	8.455	64.302	3.759.232

b) Imobilizações em andamento

As Imobilizações em andamento referem-se a investimentos nas unidades: (i) na Divisão Madeira, plantas de Agudos-SP, Botucatu-SP, Itapetininga-SP, Uberaba-MG e Taquari-RS para produção de painéis de madeira (ii) na Divisão Deca, plantas da Paraíba-PB, Recife-PE, São Leopoldo-RS, Queimados-RJ e Jundiaí-SP para produção de Louças sanitárias e de São Paulo-SP, Jundiaí-SP e Jacareí-SP para produção de Metais e Tubarão-SC para produção de chuveiros. Em 31 de dezembro de 2015, os contratos firmados para expansões totalizam aproximadamente R\$ 105,4 milhões.

c) Revisão da vida útil dos ativos

Conforme previsto no Pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, a Companhia e suas controladas revisaram a vida útil econômica estimada aos ativos para o cálculo da depreciação. Foi adotada a seguinte metodologia na revisão das taxas de depreciação:

- antecedentes internos: Investimentos em substituição dos bens, informação sobre a sobrevivência dos ativos, especificações técnicas existentes;
- antecedentes externos: Ambiente econômico em que o Grupo opera novas tecnologias, benchmarking, recomendações e manuais do fabricante;
- estado de conservação e operações dos bens: Manutenção, falhas e eficiência dos bens e outros dados que serviram para análise e determinação da vida útil remanescente;
- valor residual dos bens, histórico da manutenção e utilização até a destinação para sucata;

- alinhamento ao planejamento geral dos negócios da Companhia.

Taxas anuais de depreciação	31/12/2015
Construções e benfeitorias	4,0%
Máquinas, equipamentos e instalações	7,3%
Móveis e utensílios	10,0%
Veículos	20% a 25%
Outros ativos	10% a 20%

d) Ativos em garantia

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía um terreno no valor de R\$ 15.820, contabilizado no ativo imobilizado oferecido em penhora em processos judiciais.

Nota 14 – Ativos biológicos (Reservas florestais)

A Companhia detém, através de suas controladas Duratex Florestal Ltda. e Tablemac S.A., bem como, de sua controlada em conjunto, Caetex Florestal S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de auto-suficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo possuía aproximadamente 170,3 mil hectares em áreas de efetivo plantio (164,6 mil hectares em 31 de dezembro de 2014) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 10,17% a.a. em 31 de dezembro de 2015 e 10,1% em 31 de dezembro de 2014. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos do Grupo, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorizados conforme espécie (a) eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e pelo diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
Custo de formação dos ativos biológicos	894.350	785.021
Diferencial entre custo e valor justo	547.221	569.672
Valor justo dos ativos biológicos	1.441.571	1.354.693

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	1.354.693	1.125.616
Varição do valor justo		
Preço volume	124.566	221.135
Exaustão	(146.322)	(180.604)
Varição do valor histórico		
Formação	203.795	292.062
Exaustão	(95.161)	(103.516)
Saldo final	1.441.571	1.354.693
Efeito no resultado do valor justo do ativo biológico		
Varição do valor justo	124.566	221.135
Exaustão do valor justo	(146.322)	(180.604)

O montante da exaustão do exercício está apresentada na rubrica 'Custos dos produtos vendidos' na demonstração de resultado.

Nota 15 – Intangível

Controladora	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo em 31/12/2013					
Custo	47.912	4.694	229.221	396.161	677.988
Amortização acumulada	(33.567)	(565)	-	(105.984)	(140.116)
Saldo contábil, líquido	14.345	4.129	229.221	290.177	537.872
Em 31/12/2014					
Saldo inicial	14.345	4.129	229.221	290.177	537.872
Adições	7.136	1.013	-	-	8.149
Baixas	-	(9.660)	-	-	(9.660)
Amortizações	(7.235)	(424)	-	(26.468)	(34.127)
Incorporação Thermosystem	651	9.660	25.577	-	35.888
Saldo contábil, líquido	14.897	4.718	254.798	263.709	538.122
Saldo em 31/12/2014					
Custo	55.699	5.707	254.798	396.161	712.365
Amortização acumulada	(40.802)	(989)	-	(132.452)	(174.243)
Saldo contábil, líquido	14.897	4.718	254.798	263.709	538.122
Em 31/12/2015					
Saldo inicial	14.897	4.718	254.798	263.709	538.122
Adições	16.462	1.394	-	-	17.856
Baixas	(4)	-	-	-	(4)
Amortizações	(4.881)	-	-	(26.466)	(31.347)
Saldo contábil, líquido	26.474	6.112	254.798	237.243	524.627
Saldo em 31/12/2015					
Custo	72.157	7.101	254.798	396.161	730.217
Amortização acumulada	(45.683)	(989)	-	(158.918)	(205.590)
Saldo contábil, líquido	26.474	6.112	254.798	237.243	524.627

Consolidado	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo em 31/12/2013					
Custo	49.058	14.358	254.798	396.161	714.375
Amortização acumulada	(34.007)	(565)	-	(105.984)	(140.556)
Saldo contábil, líquido	15.051	13.793	254.798	290.177	573.819
Em 31/12/2014					
Saldo inicial	15.051	13.793	254.798	290.177	573.819
Adições	8.189	1.013	-	-	9.202
Baixas	-	(9.660)	-	-	(9.660)
Amortizações	(7.402)	(424)	-	(27.404)	(35.230)
Carteira de clientes - Aquisição Tablemac	-	-	-	16.447	16.447
Variação cambial	(47)	-	-	(394)	(441)
Saldo contábil, líquido	15.791	4.722	254.798	278.826	554.137
Saldo em 31/12/2014					
Custo	57.200	5.711	254.798	412.214	729.923
Amortização acumulada	(41.409)	(989)	-	(133.388)	(175.786)
Saldo contábil, líquido	15.791	4.722	254.798	278.826	554.137
Em 31/12/2015					
Saldo inicial	15.791	4.722	254.798	278.826	554.137
Adições	17.083	1513	-	-	18.596
Baixas	(214)	-	-	-	(214)
Amortizações	(5.029)	-	-	(27.627)	(32.656)
Variação cambial	77	-	-	1.609	1.686
Mais valia - Aquisição DuchaCorona	-	13.237	-	-	13.237
Ágio - Aquisição DuchaCorona	-	-	159	-	159
Saldo contábil, líquido	27.708	19.472	254.957	252.808	554.945
Saldo em 31/12/2015					
Custo	74.146	20.461	254.957	413.823	763.387
Amortização acumulada	(46.438)	(989)	-	(161.015)	(208.442)
Saldo contábil, líquido	27.708	19.472	254.957	252.808	554.945

Nota 16 – Teste de *impairment* dos ágios

Nas aquisições das empresas Cerâmica Monte Carlo, Elizabeth Louças, Satipel, Metalurgica Ipê, Thermosystem e Duchacorona. Foram efetuados pela Administração da Companhia o teste de recuperabilidade (*impairment*) do valor dos ágios nas aquisições, considerando a unidade geradora de caixa do ativo. Neste teste foram consideradas projeções de fluxos de caixa descontado de longo prazo e taxa de desconto nominal de 13,59%, não havendo necessidade de *impairment*, uma vez que os valores são recuperáveis.

Nota 17 – Empréstimos e financiamentos

MODALIDADE	ENCARGOS	AMORTIZAÇÃO	GARANTIAS	31/12/2015		31/12/2014	
				CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
BNDES	TJLP + 2,2% a.a	Mensal e Trimestral	Aval - Itaúsa - Investimento Itaú S.A.	63.802	5.397	76.462	69.166
BNDES	TJLP + 2,7% a.a	Mensal	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	354	1.109	24.111	-
BNDES	TJLP + 2,8% a.a	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	64.242	146.101	66.019	208.062
BNDES	4,6% a.a.	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	5.171	6.295	4.919	10.543
BNDES	Selic + 2,16% a.a.	Mensal	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	982	1.846	987	2.809
BNDES PROGEREN	TJLP + 2,85% a.a	Dezembro 2015	Nota Promissória	-	-	27.027	-
BNDES PROGEREN	9 % a.a.	Mensal	Duplicatas	-	-	626	-
FINAME	TJLP + 2,3% a.a./ Pré 6 % a.a.	Mensal e Trimestral	Alienação Fiduciária e NP	7.426	43.474	5.209	45.627
FINAME	6 % a.a.	Mensal	Alienação Fiduciária e Fiança	461	6.307	29	3.859
CREDITO INDUSTRIAL com Swap	12,7 % a.a	Até Abril 2015	Aval - Duratex Coml. Exportadora S.A.	-	-	58.227	-
CREDITO INDUSTRIAL	103 % CDI	Novembro 2015	Aval - Duratex Coml. Exportadora S.A.	-	-	205.144	-
CREDITO EXPORTAÇÃO com Swap	8 % a.a.	Até Janeiro 2018	-	676	56.009	669	58.117
CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8% CDI	Até Janeiro 2021	-	14.038	542.464	6.472	406.549
CREDITO EXPORTAÇÃO	107,5% CDI	Até Outubro 2019	-	-	102.167	-	-
FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Até Dezembro 2020	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	19.958	96.614	20.092	111.243
FUNDOPEM	IPCA + 3% a.a	Até Janeiro 2026	Aval - 70% Itaúsa - Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1.528	35.969	1.139	29.243
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4% a.a./IPCA + 6% a.a	Até Janeiro 2018	Fiança - Cia Ligna de Inv. e Hipoteca de bens	4.342	1.209	11.713	4.305
DESCONTO NPR	8,75% a.a.	Até Abril 2016	-	20.149	-	-	-
LEASING	Pré 1,3% a.m.	Mensal	Máquinas e Equipamentos	-	-	80	-
Total em Moeda Nacional - Controladora				203.129	1.044.961	508.925	949.523
BNDES	Cesta de Moedas + 2,2 % a.a	Mensal	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	13.997	1.119	11.284	10.254
BNDES	Cesta de Moedas + 2,4 % a.a	Mensal	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	236	-	4.686	160
BNDES	US\$ + Libor + 1,6 % a.a	Mensal	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	1.970	1.144	1.343	2.113
BNDES	US\$ + Libor + 2,1 % a.a	Mensal	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	582	338	397	624
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,5% a.a.	Agosto 2019	Nota Promissória	580	179.529	104.204	-
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 1,5% a.a.	Junho 2018	Nota Promissória	172	176.069	118.270	-
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,5% a.a.	Maio 2016	Nota Promissória	51.276	-	162	50.945
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,1% a.a.	Junho 2018	Nota Promissória	161	107.939	109	107.899
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,5% a.a.	Julho 2016	Nota Promissória	58.111	-	216	57.657
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 2,59% a.a.	Outubro 2017	Nota Promissória	1.278	127.685	814	127.297
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,5% a.a.	Janeiro 2017	Nota Promissória	2.142	126.549	1.457	125.839
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 3,66% a.a.	Agosto 2019	Nota Promissória	2.700	185.006	-	-
Total em Moeda Estrangeira - Controladora				133.205	905.378	242.942	482.788
TOTAL DA CONTROLADORA				336.334	1.950.339	751.867	1.432.311
NOTA DE CREDITO RURAL com Swap	10,6 % a.a.	Setembro 2015	Aval - Duratex S.A.	-	-	112.813	-
NOTA DE CREDITO RURAL com Swap	11,5 % a.a.	Novembro 2016	Aval - Duratex S.A.	126.679	-	-	110.954
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	105,5% CDI	Até Janeiro 2021	Aval - Duratex S.A.	7.100	141.449	138.853	-
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	2.668	52.628	1.978	76.085
BNDES	5,5 % a.a.	Mensal	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	238	23.258	790	1.243
BNDES	3,5% a.a.	Mensal	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1.153	3.629	-	-
FINAME	Pré 5,6 % a.a	Mensal e Trimestral	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	971	3.038	502	3.521
LEASING	Pré 1,18 % a.m	Mensal	Aval Pessoa Física	150	-	-	-
Total em Moeda Nacional - Controladas				138.959	224.002	254.936	191.803
LEASING	DTF + 2%	Mensal	Nota Promissoria	64	1.672	10	779
DEG/CII	5,4% a.a.	Semestral	Penhor e hipoteca de equipamentos	9.463	11.114	-	38.894
CII	Libor + 3,95% a.a.	Semestral	Penhor e hipoteca de equipamentos	2.277	5.172	-	4.808
Banco Santander-Hermes com Swap	4,59 % a.a.	Semestral	Apólice de Seguro emitida por 95%	2.968	5.406	2.096	7.311
Total em Moeda Estrangeira - Controladas				14.772	23.364	2.106	51.792
TOTAL DAS CONTROLADAS				153.731	247.366	257.042	243.595
TOTAL CONSOLIDADO				490.065	2.197.705	1.008.909	1.675.906

Empréstimos e financiamentos designados ao valor justo

A administração da Companhia elegeu designar, no reconhecimento inicial, determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados na tabela anterior como *swap*) como passivos a valor justo por meio do resultado.

A adoção do valor justo na dívida justifica-se por uma necessidade de evitar o descasamento contábil entre o instrumento de dívida e o instrumento de proteção contratado pela Companhia, que é classificado a valor justo por meio do resultado.

a) Avais e Fianças

Os avais e fianças garantidores dos empréstimos e financiamentos da Duratex S.A. foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 271.567 (R\$ 397.941 em 31 de dezembro de 2014), pela Companhia Ligna de Investimentos no montante de R\$ 123.822 (R\$ 176.310 em 31 de dezembro de 2014). No caso de empréstimos e financiamentos obtidos pelas subsidiárias, os avais foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 58.502 (R\$ 56.067 em 31 de

dezembro de 2014), pela Duratex S.A no montante de R\$ 275.228 (R\$ 362.620 em 31 de dezembro de 2014).

b) Outras Garantias

Os financiamentos obtidos junto ao BNDES PROGEREN foram liquidados em 2015, e apresentam em 2014 saldos de R\$ 626 e R\$ 80, tendo como garantia duplicatas e máquinas e equipamentos respectivamente.

c) Cláusulas restritivas

Os empréstimos e financiamentos junto ao BNDES estão sujeitos a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, o seguinte:

a) Fábricas de MDP de Taquari e de MDF de Uberaba – apresentação das licenças de operação, adoção de medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente e medidas relativas à segurança e medicina do trabalho. No contrato de financiamento da fábrica de MDP de Taquari a manutenção de “*covenants*” está baseada no balanço consolidado da Companhia Ligna de Investimentos, que deverá manter: exigível sobre o passivo menor que 60% e margem EBITDA maior que 13%. No contrato de financiamento da fábrica de MDF de Uberaba a manutenção de “*covenants*” está baseada no balanço da Duratex S.A., devendo manter limite de cobertura da dívida através da relação da dívida bancária líquida/EBITDA (*) não superior a 3,5 e a relação da dívida bruta/dívida bruta mais patrimônio líquido não seja superior a 0,75.

b) Fábricas de HDF de Botucatu, MDFII de Agudos, Resinas Industriais de Agudos, Louças de Jundiaí, Deca Metais Sanitários de São Paulo e de Jundiaí e área Florestal – manutenção durante a vigência do contrato dos índices em balanço anual auditado da Duratex S.A: (i) EBITDA (*) / Despesas financeiras líquida: superior ou igual a 3,0 (ii) EBITDA (*) / Receita operacional líquida igual ou maior que 0,20: e (iii) Patrimônio líquido / Ativo total: igual ou maior que 0,45.

Caso as referidas obrigações contratuais não sejam cumpridas a Duratex S.A deverá oferecer garantias adicionais.

A Companhia declara que em 31 de Dezembro de 2015, as obrigações contratuais acima, estão integralmente cumpridas.

(*)EBITDA (“*earning before interest, taxes, depreciation and amortization*”) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

d) Empréstimos e financiamentos do passivo não circulante por prazo de vencimento

Empréstimos e financiamentos - Prazo vencimento

31/12/2015						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2017	141.015	354.456	495.471	144.141	368.933	513.074
2018	211.204	186.388	397.592	265.685	194.486	460.171
2019	260.582	364.534	625.116	332.915	364.859	697.774
2020	366.982	-	366.982	422.981	55	423.036
2021	41.934	-	41.934	79.426	59	79.485
2022	9.923	-	9.923	10.119	65	10.184
2023	6.277	-	6.277	6.474	71	6.545
Demais	7.044	-	7.044	7.220	216	7.436
Total	1.044.961	905.378	1.950.339	1.268.961	928.744	2.197.705

31/12/2014						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2016	221.677	119.984	341.661	335.222	153.377	488.599
2017	103.344	321.310	424.654	105.221	333.576	438.797
2018	160.019	41.494	201.513	177.851	47.627	225.478
2019	126.906	-	126.906	162.525	-	162.525
2020	309.320	-	309.320	329.651	-	329.651
2021	12.228	-	12.228	14.330	-	14.330
2022	7.818	-	7.818	7.989	-	7.989
Demais	8.211	-	8.211	8.537	-	8.537
Total	949.523	482.788	1.432.311	1.141.326	534.580	1.675.906

Nota 18 – Debêntures conversíveis em ações

Em 8 de fevereiro de 2012 foi aprovada a primeira Emissão Privada de Debêntures, com garantia flutuante, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, para subscrição privada, cujos recursos foram destinados para:

- (i) Implantação, na unidade industrial de sua propriedade localizada em Itapetininga - SP, de uma nova linha de produção de painéis de fibra de madeira reconstituída de média densidade (MDF), uma nova linha de revestimento em baixa pressão, e uma impregnadora de papel laminado a baixa pressão;
- (ii) Aquisição, pela Companhia, das máquinas e equipamentos nacionais necessários ao projeto descrito no inciso anterior.

Composição	Data de emissão	Tipo de emissão	Vencimento	Quantidade de debêntures	Valor nominal	Valor na data de emissão	Encargos financeiros anuais	Saldo em 31.12.2015		
								Circulante	Não Circulante	Total
1ª emissão	15/01/2012	privada conversíveis em ações	15/01/2017	777.000	128,70	99.999,9	IPCA + juros de 6%a.a base 252 dias úteis, pagos anualmente no dia 15 de janeiro de cada ano.			
Utilizadas para aumento de capital				(1.875)						
Em 31 de Dezembro de 2015				775.125				7.312	129.207	136.519

O valor justo do componente do passivo incluído nos empréstimos não circulantes foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não conversível equivalente. O valor residual, representando o bônus de subscrição, está incluído no patrimônio líquido em ajustes de avaliação patrimonial.

Nota 19 – Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Adiantamento de clientes	4.177	4.934	22.615	6.724
Participação estatutária	9.790	8.555	9.790	8.555
Fretes e Seguros a pagar	11.603	10.397	17.214	14.390
Aquisição de Empresas	24.549	10.316	24.549	10.316
Lucros a distribuir aos sócios participantes das SCP's (*)	-	-	9.582	10.387
Comissões a pagar	8.222	8.854	8.309	8.854
Garantia de produtos e assistência técnica	11.293	7.407	13.632	9.509
Licença de uso de tecnologia	2.615	2.058	2.615	2.058
Indenizações por decisões judiciais	4.687	2.274	4.687	2.474
Renegociação assistência médica	714	1.493	714	1.493
Aquisição de áreas para reflorestamento	-	-	7.889	7.264
Contas a pagar aos sócios participantes das SCPs (**)	-	-	97.939	-
Empréstimos consignados	1.321	1.270	1.476	1.386
Vendas para entrega futura	6.556	6.937	6.556	6.937
Provisão para reestruturação da unidade de louças	-	10.869	-	10.869
Provisão para reestruturação	1.851	-	2.774	-
Demais contas a pagar	5.506	4.328	13.663	12.268
Total Circulante	92.884	79.692	244.004	113.484
Não Circulante				
Sociedade em conta de participação (**)	-	-	-	97.939
Aquisição de Empresas	32.895	24.017	32.895	24.017
Adiantamento de clientes	-	-	5.508	-
Aquisição de áreas para reflorestamento	-	-	-	523
Garantia de produtos e assistência técnica	3.915	3.041	3.915	3.041
Arrendamento mercantil	-	-	10.473	11.007
Passivos provisionados com parceiros joint operation	-	-	11.190	-
Demais contas a pagar	774	759	328	759
Total Não circulante	37.584	27.817	64.309	137.286

(*) SCP's - Sociedades em Conta de Participação

(**) Valor da participação dos sócios terceiros ao Grupo em projetos de reflorestamento, onde a controlada Duratex Florestal contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores contribuíram com recursos em espécie.

Nota 20 – Provisão para contingências**a) Passivo Contingente**

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos da Companhia.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos, conforme apresentado a seguir:

Controladora	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Total
Saldo em 31.12.2013	64.028	27.499	981	92.508	Saldo em 31.12.2013	111.387	32.529	1.076	-	144.992
Atualização monetária e juros	3.694	16.490	219	20.403	Atualização monetária e juros	5.120	18.244	219	-	23.583
Constituição	21.744	13.620	844	36.208	Constituição	22.617	15.055	844	-	38.516
Reversão	(42.219)	(14.922)	-	(57.141)	Reversão	(81.581)	(16.179)	(95)	-	(97.855)
Pagamentos	(387)	(7.027)	-	(7.414)	Pagamentos	(1.305)	(8.459)	-	-	(9.764)
Saldo final em 31.12.2014	46.860	35.660	2.044	84.564	Saldo final em 31.12.2014	56.238	41.190	2.044	-	99.472
Depósitos Judiciais	(1.145)	(7.160)	(109)	(8.414)	Depósitos Judiciais	(4.232)	(7.877)	(109)	-	(12.218)
Saldo em 31.12.2014 após compensação dos depósitos judiciais	45.715	28.500	1.935	76.150	Saldo em 31.12.2014 após compensação dos depósitos judiciais	52.006	33.313	1.935	-	87.254
Controladora	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Total
Saldo em 31.12.2014	46.860	35.660	2.044	84.564	Saldo em 31.12.2014	56.238	41.190	2.044	-	99.472
Atualização monetária e juros	4.974	11.501	334	16.809	Atualização monetária e juros	5.451	15.078	334	-	20.863
Constituição	10.489	14.337	57	24.883	Constituição	7.747	16.471	57	-	24.275
Reversão	(7.075)	(13.642)	(955)	(21.672)	Reversão	(12.088)	(17.829)	(955)	-	(30.872)
Pagamentos	(43)	(10.316)	-	(10.359)	Pagamentos	(174)	(11.108)	-	-	(11.282)
Saldo final em 31.12.2015	55.205	37.540	1.480	94.225	Saldo final em 31.12.2015	57.174	50.030	1.480	3.000	111.684
Depósitos Judiciais	(6.699)	(10.385)	(20)	(17.104)	Depósitos Judiciais	(6.699)	(10.863)	(20)	-	(17.582)
Saldo em 31.12.2015 após compensação dos depósitos judiciais	48.506	27.155	1.460	77.121	Saldo em 31.12.2015 após compensação dos depósitos judiciais	50.475	39.167	1.460	3.000	94.102

As contingências tributárias envolvem, principalmente, discussões sobre:

1-) PIS Semestralidade – Ação Declaratória com a finalidade de se ter reconhecido o direito ao pagamento do PIS nos termos da Lei Complementar nº 7/70, ou seja, seis meses após o reconhecimento da receita do faturamento. Discute-se administrativamente apenas parcela glosada dos créditos utilizados por interpretação distinta da Receita Federal do Brasil quanto aos índices de atualização dos créditos. Em 31 de dezembro de 2015 o valor provisionado para esta discussão é R\$ 12.597 (R\$ 12.272 em 31 de dezembro de 2014).

2-) ICMS – Glosa de créditos de ICMS relativos às compras de madeiras efetuadas junto a fornecedor retroativamente declarado inidôneo pelo fisco, tendo sido os créditos de ICMS igualmente glosados de forma retroativa. Em 31 de dezembro de 2015 o valor provisionado para esta discussão é R\$ 17.214 (R\$ 15.423 em 31 de Dezembro de 2014).

3-) IR e CS – Processos judiciais e administrativo visando anular o crédito tributário relativo aos autos de infração referentes a incidência de IR e CSLL sobre lucros de controladas no exterior dos períodos de 1996 a 2002 e de 2003 (não reconhecimento do direito à compensação de IR pago no exterior pelas empresas controladas, nos termos do artigo 26 da Lei nº 9.249/95 e o afastamento da incidência de multa moratória pelo depósito judicial realizado após a revogação da liminar). Em 31 de dezembro de 2015 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 4.567 (R\$ 4.364 em 31 de dezembro de 2014).

4-) IR e CS – Processo Administrativo para se anular o crédito tributário relativo a auto de infração na apuração dos tributos incidentes sobre o lucro do ano-calendário de 2009 que glosou a dedução das despesas do Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT. Em 31 de dezembro de 2015 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 4.181 (R\$ 4.093 em 31 de dezembro de 2014).

5-) CS – Ação judicial para anular parcela do crédito tributário relativo a auto de infração lavrado com suspensão de exigibilidade, decisão sob embargos de declaração, pela não adição na determinação da base de cálculo da CSLL do ano-calendário de 1997 do valor da diferença de correção monetária de balanço de 1997 do IPC para BTNF, recolhido após a cassação da liminar sem multa (Delta IPC – art. 41 do Decreto 332/91). Em 31 de dezembro de 2015 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 2.442 (R\$ 2.169 em 31 de dezembro de 2014).

b) Perdas Possíveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza tributária, com risco de perda classificados como possível, de acordo com a avaliação dos assessores

jurídicos. Os principais valores são: R\$ 247.649, relativo à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas nos exercícios de 2006 e 2009 da subsidiária Estrela do Sul Participações Ltda. e R\$ 14.918 relativamente à questão de incidência e crédito de ICMS.

c) Ativos Contingentes

A Companhia e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento dos tributos e contribuições cujas possibilidades de êxito são consideradas prováveis de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos. Como se tratam de ativos contingentes, os valores a seguir não estão contabilizados nos demonstrativos financeiros:

	31/12/2015	31/12/2014
Crédito prêmio de IPI de 1960 a 1985	134.911	122.387
Correção monetária dos créditos com a Eletrobrás	12.852	11.659
Restituição do ILL pago na distribuição de dividendos de 1989 a 1992	13.747	12.471
INSS - SAT, alteração da alíquota rural, vale transporte e seguro saúde	33.050	18.507
PIS bases de cálculo	1.048	1.376
PIS e COFINS - Zona Franca de Manaus	465	422
PIS e COFINS - Remessa de comissões sobre vendas ao exterior	2.497	2.266
Outros	1.609	1.577
Total	200.179	170.665

Nota 21 – Arrendamento rural

Valores envolvidos

Referem-se aos contratos de arrendamento rural firmado entre Duratex Florestal Ltda (controlada da Companhia) e Ligna Florestal Ltda (controlada da Companhia Ligna de Investimentos), relativos aos terrenos nos Estados de Minas Gerais e no Rio Grande do Sul onde estão localizadas as florestas. Os encargos mensais desses contratos são de R\$ 1.795. A Duratex Florestal Ltda. pagará até 2038 R\$ 21.540 por ano.

Adicionalmente, em atendimento aos requerimentos do CPC 06 – R1 – “Operações de arrendamento mercantil”, a controlada Duratex Florestal Ltda. registra os efeitos decorrentes da linearização dos custos de seus contratos de arrendamento rural.

Nota 22 – Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social autorizado da Duratex S.A. é de 920.000.000 (novecentos e vinte milhões) de ações. O capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 1.875.800 representado por 665.565.438 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Ações em Tesouraria

	nº de ações	em MR\$
Saldo em 31.12.2014	2.485.759	27.931
Aquisições no exercício	-	-
Saldo em 31.12.2015	2.485.759	27.931

Preço das Ações		31/12/2015	
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última cotação
2,86	15,67	11,24	5,90

Baseado na última cotação de mercado em 30 de dezembro de 2015, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 14.666 (R\$ 19.961 em 30 de dezembro de 2014).

c) Reservas do Patrimônio Líquido

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Reservas de Capital	337.140	331.616
Ágio na subscrição de ações	218.720	218.720
Incentivos fiscais	13.705	13.705
Anteriores à Lei 6.404	18.426	18.426
Opções Outorgadas	92.833	93.447
Opções Outorgadas a apropriar (Nota 29)	(6.544)	(12.682)
Outros Resultados Abrangentes	525.464	475.053
Reservas de Reavaliação	66.005	70.207
Ajuste de avaliação patrimonial	459.459	404.846
Reservas de Lucros	1.829.831	1.896.384
Legal	173.704	164.529
Estatutária	1.612.559	1.653.588
Dividendo adicional proposto	-	43.184
Incentivos fiscais art 195-A Lei 6.404/76	43.568	35.083
Ações em tesouraria	(27.931)	(27.931)

O valor apresentado na Reserva de Capital na rubrica de Ágio na Subscrição de Ações refere-se ao valor adicional pago pelos acionistas em relação ao valor nominal no momento da subscrição das ações.

Os valores relativos às Opções Outorgadas, nas Reservas de Capital, referem-se ao reconhecimento do prêmio das opções na data da outorga.

Conforme dispõe o Estatuto Social, o saldo destinado à Reserva Estatutária será utilizado para: (i) Reserva para Equalização de Dividendos; (ii) Reserva para Reforço de Capital de Giro; e (iii) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas:

Reserva para Equalização de Dividendos: Será limitada a 40% (quarenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio (Artigo 29.2), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

(a) equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.;

(b) equivalentes a até 100% (cem por cento) da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;

(c) equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e

(d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (Artigo 29.1 do Estatuto Social)

Reserva para Reforço do Capital de Giro: Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.

Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas: Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.

Reservas de incentivos fiscais: A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei). (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007).

Os incentivos fiscais referem-se a: R\$ 29.247 (R\$ 22.088 em 2014) do PRODEPE – Programa de Desenvolvimento de Pernambuco, R\$ 8.414 (R\$ 7.088 em 2014) do FAIN – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba, R\$ 5.907 (R\$ 5.907 em 2014) da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

d) Dividendos (juros sobre o capital próprio)

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 30% do lucro líquido ajustado. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos, os valores pagos/creditados e o saldo a pagar:

Os dividendos em 31 de dezembro de 2015 foram calculados como segue:

Lucro líquido do exercício				183.497
(-) Reserva legal				(9.175)
(-) Incentivos fiscais				(8.485)
(+) Realização de reserva de reavaliação				4.202
Lucro líquido ajustado				170.039
Dividendo mínimo obrigatório (30%)				51.012
Dividendos declarados no exercício		Valor bruto	IRRF	Valor líquido
O Conselho de Administração em reunião realizada em 27.07.2015, deliberou creditar juros sobre o capital próprio, imputado ao valor do dividendo obrigatório de 2015, no valor de R\$ 0,051528719 por ação que totaliza R\$ 34.168 cujo pagamento foi efetuado em 14.08.2015.	(a)	34.168	(5.125)	29.043
O Conselho de Administração em reunião realizada em 16.12.2015, "ad referendum" da Assembleia Geral, deliberou creditar juros sobre o capital próprio em 30.12.2015, por conta do dividendo obrigatório de 2015, o valor de R\$ 0,26678667 por ação que totaliza R\$ 176.900, sendo:	(b)	135.871	(20.381)	115.490
Dividendos / JCP declarados do resultado do exercício	(a + b)	170.039	(25.506)	144.533
Dividendos / JCP declarados de reserva estatutária		41.029	(6.154)	34.875
Dividendos / JCP declarados		211.068	(31.660)	179.408

Nota 23 – Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos dos bens do ativo imobilizado e estoques. Nos termos das apólices de seguros, o valor da cobertura monta R\$ 3.537 milhões. O Grupo não possui seguro para suas florestas. Para minimizar o risco sobre estes ativos, são mantidas brigadas internas e pessoal treinado no combate a incêndios, sistema de torres de observação, caminhões bombeiros e vigias motorizados. O Grupo não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.

Nota 24 – Receita líquida de vendas

A reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas esta assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta de venda	4.452.390	4.505.124	5.005.509	5.063.836
Mercado interno	4.166.013	4.337.297	4.340.950	4.601.911
Mercado externo	286.377	167.827	664.559	461.925
Impostos e contribuições sobre vendas	(954.457)	(978.915)	(1.042.295)	(1.079.329)
Receita líquida de vendas	3.497.933	3.526.209	3.963.214	3.984.507

Nota 25 – Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Variação do valor justo dos ativos biológicos		-	124.566	221.135
Variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	587.094	592.831	484.079	496.059
Matérias-primas e materiais de consumo	(2.255.006)	(2.267.114)	(2.138.699)	(2.109.108)
Remunerações, encargos e Benefícios a empregados	(678.444)	(681.103)	(789.569)	(780.482)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(282.873)	(265.066)	(551.119)	(577.485)
Despesas de transporte	(257.893)	(240.282)	(298.018)	(263.209)
Despesas de publicidade	(94.658)	(78.906)	(108.420)	(94.082)
Outras despesas	(336.782)	(317.910)	(321.074)	(320.398)
Total	(3.318.562)	(3.257.550)	(3.598.254)	(3.427.570)

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	124.566	221.135
Custo dos produtos vendidos	(2.686.963)	(2.687.670)	(2.987.979)	(2.988.453)
Despesas com vendas	(509.088)	(461.886)	(580.209)	(524.218)
Despesas gerais e administrativas	(122.511)	(107.994)	(154.632)	(136.034)
Total	(3.318.562)	(3.257.550)	(3.598.254)	(3.427.570)

Nota 26 – Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	66.572	38.525	118.683	89.995
Variação cambial ativa	36.406	7.572	46.472	7.833
Atualizações monetárias	8.365	8.271	10.447	10.626
Juros e descontos obtidos	9.128	5.842	31.641	31.362
Deságio Fundap	-	2.649	-	2.649
Outras	-	786	-	179
Total	120.471	63.645	207.243	142.644
Despesas financeiras				
Encargos sobre financiamentos - Moeda nacional	(159.975)	(142.617)	(212.191)	(179.760)
Encargos sobre financiamentos - Moeda estrangeira	(437.959)	(103.099)	(441.093)	(103.441)
Variação cambial passiva	(10.716)	(1.949)	(47.923)	(17.945)
Atualizações monetárias	(6.608)	(5.027)	(8.734)	(7.350)
Operações com derivativos	312.150	34.428	320.176	33.836
Taxas bancárias	(3.645)	(3.262)	(5.297)	(5.780)
Imposto de operações financeiras	(237)	(787)	(612)	(1.889)
Outras	(4.057)	(484)	(30.692)	(35.457)
Total	(311.047)	(222.797)	(426.366)	(317.786)
Total do resultado financeiro	(190.576)	(159.152)	(219.123)	(175.142)

Nota 27 – Outros resultados operacionais, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Amortização de carteira de clientes	(26.466)	(26.467)	(27.627)	(27.404)
Amortização de mais valia de ativos - Aquisição Duchacorona	(5.142)	-	(5.142)	-
Participações e Stock Option	(15.314)	(15.473)	(15.314)	(15.473)
Créditos com plano de previdência complementar	(10.966)	5.743	(10.966)	6.146
Resultado na mensuração de participação anterior da Tablemac	-	-	-	8.512
Resultado com venda de fazenda para empresa Caxuana Ltda.	-	-	-	45.514 (*)
Resultado na venda de excedente de energia elétrica	-	18.130	-	18.130
Créditos Prodep - Reintegra	8.376	4.323	8.376	4.323
Reversão de contingência fiscal - Plano Verão e outros	-	20.191	-	48.219
Resultado na baixa de ativos, e outros operacionais	13.786	(22.549)	25.349	(8.483)
Total	(35.726)	(16.102)	(25.324)	79.484

(*) Resultado apurado na venda de 5,6 mil hectares de terras dadas como parte do pagamento pela aquisição das florestas da empresa Caxuana Ltda.

Nota 28 – Imposto de renda e contribuição social**a) Reconciliação da Despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

Demonstração da reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal e efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	69.161	352.162	106.282	445.077
I.Renda e C. Social sobre o lucro às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(23.515)	(119.735)	(36.136)	(151.326)
I.Renda e C. Social sobre adições e exclusões ao Resultado	137.851	157.922	121.598	99.809
Resultado de Investimentos no Exterior	-	-	(1.589)	6.550
Juros sobre o capital próprio	86.446	65.529	86.446	65.529
Resultado da Equivalência Patrimonial	44.276	93.691	-	226
Diferença de tributação de empresa controlada	-	-	35.993	30.128
Outras adições e exclusões	7.129	(1.298)	748	(2.624)
I.Renda e C. Social sobre o Lucro do exercício	114.336	38.187	85.462	(51.517)
No Resultado:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(36.274)	(73.331)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	114.336	38.187	121.736	21.814
Taxa efetiva %	(*)165%	11%	(*)80%	-12%

(*) Taxa efetiva impactada pelo efeito do Imposto de renda e contribuição social sobre JCP.

Nota 29 – Plano de opções de ações

Conforme previsão estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano serão propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, designado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Periodicamente, esse Comitê submeterá à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que hajam sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício a ser pago à Duratex será fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções, o Comitê de Pessoas considerará a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061	1.966.869
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,10 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

A Companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

(1) cupom IGP-M

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data Outorga	Qtd Outorgada	Data da carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer dez/14 *	dez/15	Preço Opção	Valor Total	Competência				Demais Períodos
									2007 a 2012	2013	2014	2015	
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	31/12/2016	11,16	59.113	59.113	9,79	586	586	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	31/12/2017	11,82	1.506.527	1.469.581	8,88	24.758	24.758	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	31/12/2018	15,34	1.580.420	1.543.474	7,26	19.456	19.456	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	31/12/2017	9,86	898.639	867.236	3,98	9.194	9.194	-	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	31/12/2018	16,33	1.483.850	1.471.579	7,04	8.716	6.701	2.015	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	31/12/2019	13,02	2.045.299	2.014.061	5,11	9.208	4.183	2.609	2.416	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	31/12/2020	10,21	1.411.122	1.010.991	5,69	6.390	1.492	1.917	1.794	1.187	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	31/12/2021	14,45	1.648.699	1.648.699	6,54	8.981	-	2.109	2.290	2.290	2.292
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	31/12/2022	11,44	2.163.532	2.154.616	4,48	8.782	-	-	2.062	2.240	4.480
Soma	18.671.198				12.797.201	12.239.350		96.071	66.370	8.650	8.562	5.717	6.772
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								92.833	64.133	(1) 8.358	(2) 8.274	(3) 5.524	(4) 6.544 (5)

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2012.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2013

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2014

(4) Valor contabilizado contra o resultado em 2015

(5) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos

(*) Contempla bonificação de ações de 10% conforme AGO/E de 22/04/2014.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía 2.485.759 ações, em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

Nota 30 – Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial, entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra um Plano de Contribuição Definida (Plano CD) e um Plano de Benefício Definido (Plano BD).

Plano de contribuição definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os funcionários elegíveis ao plano e contava em 31 de dezembro de 2015, com 6.545 participantes (6.727 em 31 de dezembro 2014).

No Plano CD-PAI (Plano de Aposentadoria Individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes. O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

Fundo programa previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o Fundo Programa Previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pela Towers Watson, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal dos patrocinadores, totalizou, em 31 de dezembro de 2015, R\$ 102.700 (R\$ 113.666 em 31 de dezembro de 2014). A redução de R\$ 10.966 foi reconhecida no resultado na rubrica “Outros resultados operacionais”, líquidos. A seguir apresentamos a conciliação dos valores reconhecidos na demonstração financeira:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações atuariais	(721.647)	(717.767)
Valor justo dos ativos	1.010.152	990.807
Ativo calculado com base no item 54 do CPC 33/IAS 19	288.505	273.040
Restrição do Ativo devido ao Limite (item 58 do CPC 33/IAS 19)	(185.805)	(159.374)
Ativo a ser reconhecido nas demonstrações financeiras	102.700	113.666

Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica à concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado como aquele ao qual está vedado o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria e pecúlio por morte.

Em 28 de janeiro de 2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, aprovou a revisão do Plano de Benefício Definido – BD o equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do plano. A Duratex S.A. reconheceu este ativo no montante de R\$ 42.318 para recebimento em 36 parcelas a partir de fevereiro de 2013. Em 31 de

dezembro de 2015 o valor a receber é R\$ 3.358 (R\$ 18.369 em 31 de dezembro 2014), conforme nota 8.

Abaixo apresentamos a posição em 31 de dezembro de 2015:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações atuariais	(60.993)	(65.468)
Valor justo dos ativos	104.343	121.033
(Passivo) / Ativo calculado com base no item 54 do CPC 33/IAS 19	43.350	55.565
Restrição do Ativo devido ao limite (item 58 do CPC 33/IAS 19)	(36.840)	(35.882)
Ativo líquido de benefício definido (Passivo)	6.510	19.683

Premissas atuariais

Hipóteses Econômicas	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de desconto	12,60%	11,66%
Crescimento salariais futuros	7,38%	7,59%
Crescimento dos benefícios	5,00%	5,20%
Taxa de inflação	5,00%	5,20%
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses Econômicas	31/12/2015	31/12/2014
Tábua de mortalidade	AT - 2000	AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944 modificada	RRB 1944 modificada
Tábua de rotatividade	Nula	Nula
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participação ativos casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos
Método atuarial	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado

Nota 31 – Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade como ações em tesouraria.

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	183.497	390.349
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	665.565	650.439
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(2.486)	(2.363)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	663.079	648.076
Lucro básico por ação	0,2767	0,6023

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas, ajustadas pelo programa de *Stock Options* e debêntures conversíveis em ações.

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	183.497	390.349
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	665.565	650.439
Opções de compra de ações/debêntures conversíveis em ações	21.619	20.548
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(2.486)	(2.363)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação e opções de compra de ações mais debentures (em milhares)	684.698	668.625
Lucro diluído por ação	0,2680	0,5838

Nota 32 – Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria.

A Diretoria efetua sua análise do negócio baseado em dois segmentos relevantes: Divisão Madeira e Divisão Deca. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. Não ocorrem vendas entre os segmentos.

	31/12/2015			31/12/2014		
	Madeira	Deca	Consol	Madeira	Deca	Consol
Receita Líquida de vendas	2.597.814	1.365.400	3.963.214	2.641.893	1.342.614	3.984.507
Mercado interno	2.043.424	1.317.310	3.360.734	2.266.749	1.310.995	3.577.744
Mercado externo	554.390	48.090	602.480	375.144	31.619	406.763
Variação do valor justo dos ativos biológicos	124.566	-	124.566	221.135	-	221.135
Custo dos produtos vendidos	(1.589.585)	(852.866)	(2.442.451)	(1.559.791)	(858.451)	(2.418.242)
Depreciação, amortização e exaustão	(314.938)	(84.268)	(399.206)	(316.402)	(73.205)	(389.607)
Exaustão do ajuste do ativo biológico	(146.322)	-	(146.322)	(180.604)	-	(180.604)
Lucro Bruto	671.535	428.266	1.099.801	806.231	410.958	1.217.189
Despesas com Vendas	(349.730)	(230.479)	(580.209)	(303.636)	(220.582)	(524.218)
Despesas Gerais e Administrativas	(85.783)	(68.849)	(154.632)	(71.582)	(64.452)	(136.034)
Honorários da administração	(8.897)	(5.334)	(14.231)	(10.806)	(6.062)	(16.868)
Outros Resultados Operacionais	(25.112)	(212)	(25.324)	75.519	3.965	79.484
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	666	-	666
Lucro Operacional antes do resultado Financeiro	202.013	123.392	325.405	496.392	123.827	620.219

Estes segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para tomada de decisão pela Diretoria da Companhia. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota 2.

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

Nota 33 – Eventos Subsequentes

a-) Aumento de capital em controlada - Em 04 de Janeiro de 2016 a Duratex S.A., integralizou aumento de capital na controlada Duchacorona Ltda., no montante de R\$ 53.488, por meio de aporte do acervo de bens formado pelos ativos e passivos da filial de Tubarão - SC.

b-) Aumento de capital na Companhia – Em 12 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração deliberou elevar o capital social em R\$ 94.389, passando de R\$ 1.875.800 para R\$ 1.970.189, mediante emissão de 3,9541346 novas ações para cada lote de 100 ações possuídas em 16/02/2016 pelo preço de emissão fixado em R\$ 3,60 por ação, estabelecido com base na cotação média ponderada das ações na BM&FBOVESPA, com deságio de 30% para subscrição no período de 17.02.2016 a 17.03.2016, com pagamento à vista, em dinheiro ou mediante utilização da parcela do JCP que será paga em 31.03.2016.